

## SUMÁRIO

ESTRUTURA DA OBRA.....	5
APRESENTAÇÃO À 9. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	9
APRESENTAÇÃO À 8. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	11
APRESENTAÇÃO À 7. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	13
APRESENTAÇÃO À 6. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	15
APRESENTAÇÃO À 5. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	17
APRESENTAÇÃO À 4. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	19
APRESENTAÇÃO À 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	21
APRESENTAÇÃO À 2. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	23
APRESENTAÇÃO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	25

### PARTE GERAL

#### Capítulo I

#### DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	71
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo.....	71
3. Política criminal.....	72
4. Criminologia.....	72
5. Bem jurídico.....	73
Síntese.....	76

#### Capítulo II

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	77
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil.....	85
Síntese.....	86

Capítulo III  
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância .....	87
1.1 Princípios regentes .....	87
2. Princípios de direito penal.....	88
2.1 Constitucionais explícitos.....	88
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado .....	88
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal).....	88
2.1.1.2 Anterioridade.....	89
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica .....	89
2.1.1.4 Humanidade .....	89
• Ponto relevante para debate:	
A prisão no Brasil e a humanidade .....	90
2.1.2 Concernentes ao indivíduo .....	91
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal .....	91
• Ponto relevante para debate:	
A pena de multa após a morte do condenado .....	91
2.1.2.2 Individualização da pena.....	92
2.2 Constitucionais implícitos .....	92
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado.....	92
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	92
2.2.1.2 Taxatividade .....	95
2.2.1.3 Proporcionalidade.....	96
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato .....	97
2.2.2 Concernente ao indivíduo .....	97
2.2.2.1 Culpabilidade .....	97
• Ponto relevante para debate:	
A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal .....	98
Síntese .....	100

Capítulo IV  
FONTES DO DIREITO PENAL  
E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal .....	101
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal .....	103
1.2 Costume e fonte do direito penal.....	104
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal .....	104

2. Interpretação e integração no direito penal.....	105
Síntese .....	107

Capítulo V  
LEGALIDADE E ANTERIORIDADE  
DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade .....	108
1.1 Origem histórica.....	108
1.2 Legalidade e garantismo penal .....	109
1.3 Legalidade material e legalidade formal .....	109
2. Conceito de anterioridade .....	110
3. Extensão da palavra <i>crime</i> .....	110
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança.....	110
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	111
Síntese .....	114

Capítulo VI  
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo .....	115
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito).....	116
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica ( <i>novatio legis in mellius</i> ) ....	116
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial ( <i>novatio legis in pejus</i> ) ...	117
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis .....	117
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu .....	119
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica .....	120
5. Crime permanente e lei penal benéfica .....	121
6. Crime continuado e lei penal benéfica .....	122
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica .....	123
8. Leis intermitentes .....	123
8.1 Extensão e eficácia .....	124
• Ponto relevante para debate:	
A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal .....	124
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	126
Síntese .....	130

Capítulo VII  
TEMPO E LUGAR DO CRIME

1.	Teorias sobre o tempo do crime.....	134
2.	Alcance da teoria da atividade .....	134
3.	O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas .....	134
4.	Teorias sobre o lugar do crime.....	135
5.	Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP .....	135
6.	Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas .....	136
Síntese .....		136

Capítulo VIII  
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1.	Territorialidade e extraterritorialidade .....	137
2.	Regras para a aplicação da lei penal no espaço .....	137
3.	Conceito de território e seus elementos .....	137
	3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	138
	3.2 Espaço aéreo.....	138
	3.3 Mar territorial brasileiro.....	138
4.	Território brasileiro por equiparação.....	139
	4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves .....	140
	4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	140
5.	Critérios para a extraterritorialidade .....	141
	5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada .....	141
	5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada .....	142
	5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	143
	5.4 Condições para a extraterritorialidade.....	144
6.	Extradição.....	144
	6.1 Espécies de extradição e fonte legislativa.....	145
	6.2 Requisitos para a concessão .....	145
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal .....	149
8.	Outras exceções à regra da territorialidade .....	150
	8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	150
	8.2 Imunidades diplomáticas .....	151

8.2.1	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	152
8.2.2	Características das imunidades diplomáticas.....	152
8.3	Imunidades consulares.....	153
8.4	Imunidades parlamentares.....	154
8.4.1	Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	155
8.4.2	Características da imunidade substantiva.....	156
8.4.3	Características da imunidade processual.....	158
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados.....	159
8.5.1	Deputados estaduais.....	159
8.5.2	Vereadores.....	159
8.5.3	Advogados.....	160
8.5.4	Prefeitos.....	161
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal.....	161
	Síntese.....	162

### Capítulo IX

#### EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	164
2.	Hipóteses para a homologação.....	164
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima.....	164
2.2	Aplicação de medida de segurança.....	165
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	165
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.....	165
	Síntese.....	166

### Capítulo X

#### CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais.....	167
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	167
3.	Frações não computáveis da pena.....	168
	Síntese.....	168

### Capítulo XI

#### CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito.....	170
2.	Crítério da sucessividade.....	171
3.	Crítério da especialidade.....	171
4.	Crítério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	173

5. Critério da absorção (ou consunção) .....	173
6. Critério da alternatividade.....	174
Síntese .....	175

## Capítulo XII

### CRIME

1. Conceito de crime .....	179
1.1 Conceito material.....	179
1.2 Conceito formal .....	180
1.3 Conceito analítico .....	180
2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	184
3. Sujeitos e objetos do crime .....	184
3.1 Sujeito ativo.....	184
• Ponto relevante para debate:	
A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime .....	185
3.2 Sujeito passivo.....	187
3.3 Objeto do crime .....	188
4. Classificação dos crimes .....	188
4.1 Crimes comuns e próprios .....	188
4.2 Crimes instantâneos e permanentes.....	190
4.3 Crimes comissivos e omissivos .....	191
4.4 Crimes de atividade e de resultado .....	192
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	192
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	193
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	193
4.8 Progressão criminosa.....	194
4.9 Crime habitual .....	194
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	196
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	196
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	196
4.13 Crimes remetidos .....	197
4.14 Crimes condicionados.....	197
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento) .....	197
Síntese .....	197

Capítulo XIII  
TIPICIDADE

1. Apresentação.....	202
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	203
2.1 Elementos do tipo penal incriminador .....	204
2.2 Classificação do tipo.....	205
3. Conceito de conduta penalmente relevante .....	210
• Ponto relevante para debate:	
A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais.....	215
4. Conceito de resultado.....	216
5. Conceito de nexo causal.....	217
5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	217
5.2 Causas independentes e relativamente independentes .....	225
5.2.1 Concausas e seus efeitos .....	226
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios .....	232
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria.....	232
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	233
5.3.3 Dever de agir.....	233
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei .....	233
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado .....	234
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco .....	234
6. Conceito de tipicidade e excludentes.....	234
6.1 Adequação social.....	235
6.2 Insignificância .....	237
Síntese .....	239

Capítulo XIV  
ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME:  
DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo .....	240
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico .....	241
3. Características do dolo .....	241
4. Conceito de dolo direto.....	242
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	242

5. Conceito de dolo indireto ou eventual .....	242
• Ponto relevante para debate:	
A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito .....	243
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	244
7. Outras classificações do dolo.....	244
8. Conceito de culpa.....	246
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente .....	247
10. Elementos da culpa.....	247
11. Situações peculiares no campo da culpa.....	248
12. Espécies de culpa.....	250
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional .....	251
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual .....	251
Síntese .....	252

## Capítulo XV

### CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito .....	257
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso .....	257
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	258
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado .....	259
Síntese .....	261

## Capítulo XVI

### ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	262
2. Excludentes de ilicitude .....	262
3. Classificação das excludentes de ilicitude .....	263
4. Elemento subjetivo nas excludentes.....	264
5. Conceito de estado de necessidade.....	266
5.1 Espécies de estado de necessidade .....	266
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	268
5.2.1 Existência de perigo atual.....	268
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	269
• Ponto relevante para debate:	
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo .....	269
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão .....	271
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro .....	271



5.2.5	Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	271
5.2.6	Dever legal de enfrentar o perigo.....	272
5.3	Causa de diminuição de pena.....	272
6.	Conceito e fundamento da legítima defesa.....	272
6.1	Elementos da legítima defesa.....	273
6.1.1	Injustiça da agressão.....	274
6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão.....	275
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	276
•	Ponto relevante para debate:	
A	legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	278
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação.....	281
6.1.5	Moderação da reação.....	282
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa.....	283
6.1.6.1	Ofendículos.....	284
•	Ponto relevante para debate:	
A	natureza jurídica dos ofendículos.....	284
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	287
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	287
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	288
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis.....	288
6.2.4	Legítima defesa sucessiva.....	289
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	289
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	289
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	290
6.2.8	Legítima defesa por omissão.....	290
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	291
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal.....	292
7.1	Situações de cumprimento de dever legal.....	292
8.	Conceito de exercício regular de direito.....	293
8.1	Situações de exercício regular de direito.....	294
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	295
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido.....	295
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	295
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	295
8.2.4	As lesões praticadas no esporte.....	296
9.	Consentimento do ofendido.....	297

• Ponto relevante para debate:	
O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	300
9.1 Requisitos da excludente do consentimento do ofendido .....	302
10. Os excessos no contexto das excludentes .....	303
10.1 Modalidades de excessos.....	304
Síntese .....	306

## Capítulo XVII CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade .....	308
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material .....	312
1.2 Conceito de coculpabilidade .....	313
2. Excludentes de culpabilidade .....	314
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato .....	314
2.1.1 Imputabilidade penal .....	314
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	316
• Ponto relevante para debate:	
A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo</i> ).....	320
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental.....	321
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	321
2.1.4 Menoridade .....	322
• Ponto relevante para debate:	
O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos.....	324
2.2 Excludentes concernentes ao fato .....	324
2.2.1 Coação moral irresistível .....	324
• Ponto relevante para debate:	
A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas .....	325
2.2.2 Obediência hierárquica .....	326
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	327
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa .....	328
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	329
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior.....	331
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita .....	331
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas .....	332
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa .....	332

2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental .....	333
3. Emoção e paixão .....	333
3.1 Emoção .....	334
3.2 Paixão .....	335
Síntese .....	335

## Capítulo XVIII

### CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado .....	337
2. Tentativa .....	337
2.1 Conceito de crime tentado .....	337
2.2 Natureza jurídica da tentativa .....	338
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa .....	339
2.4 Dolo e culpa na tentativa .....	340
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i> .....	340
• Ponto relevante para debate:	
Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime .....	342
2.6 Tentativa e dolo eventual .....	344
2.7 Tentativa e crime de ímpeto .....	348
2.8 Crimes que não admitem a tentativa .....	348
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa .....	351
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita .....	352
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha .....	353
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	353
3.1 Conceito de desistência voluntária .....	353
3.1.1 Desistência momentânea .....	353
3.1.2 O problema da execução retomada .....	354
3.2 Conceito de arrependimento eficaz .....	355
3.3 Natureza jurídica .....	356
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade .....	357
3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa .....	357
4. Arrependimento posterior .....	358
4.1 Conceito .....	358
4.2 Natureza jurídica .....	358
4.3 Requisitos para a aplicação .....	358

• Ponto relevante para debate:	
A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior .....	360
4.4 Critérios para a diminuição da pena .....	362
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF .....	362
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas.....	363
5. Crime impossível.....	363
5.1 Conceito e natureza jurídica .....	363
5.2 Fundamento da não punição do crime impossível .....	364
5.3 Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	364
5.4 Análise dos elementos do crime impossível.....	365
5.5 Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível.....	366
• Ponto relevante para debate:	
O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível .....	367
Síntese .....	367

## Capítulo XIX

### ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância .....	371
2. Conceito de erro de tipo .....	371
3. Possibilidade de punição por crime culposo .....	372
4. Erro escusável e erro inescusável .....	372
5. Erro essencial e erro acidental.....	372
6. Erro quanto à pessoa .....	372
7. Erro determinado por terceiro .....	373
8. Conceito de erro de proibição .....	373
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude .....	373
10. Erro de proibição escusável e inescusável .....	374
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição .....	375
12. Conceito de descriminantes putativas .....	375
13. Divisão das descriminantes putativas .....	375
14. Natureza jurídica das descriminantes putativas .....	376
Síntese .....	378

## Capítulo XX

### CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas .....	383
2. Teorias do concurso de pessoas .....	383

3. Distinção entre coautoria e participação .....	384
4. Critérios quanto à punição do partícipe .....	385
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo .....	386
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984 .....	386
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade” .....	386
6.2 Participação de menor importância .....	387
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta) ..	388
7. Requisitos do concurso de agentes .....	388
8. Autoria mediata .....	389
9. Autoria colateral .....	390
• Ponto relevante para debate:	
A coautoria e a participação em crime culposos .....	390
10. Participação por omissão e convivência .....	391
11. Coautoria em crime omissivo .....	391
• Ponto relevante para debate:	
A participação posterior à consumação do crime .....	392
12. Participação e cumplicidade .....	394
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias .....	394
• Ponto relevante para debate:	
A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo .....	395
13.1 Exceção quanto à elementar do crime .....	395
14. Casos de impunibilidade .....	398
Síntese .....	399

## Capítulo XXI

### TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena .....	400
2. Teorias extremadas da pena .....	401
3. Garantismo penal .....	403
• Pontos relevantes para debate:	
Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal .....	404
A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo .....	405
Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa .....	406
4. Cominação das penas .....	409
5. Princípios da pena .....	409
6. Espécies de penas .....	409
Síntese .....	410

Capítulo XXII  
PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	411
2. Regime progressivo de cumprimento da pena .....	412
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar .....	418
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura .....	419
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso .....	419
6. Imprescindibilidade do regime fechado .....	420
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena .....	421
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime .....	421
9. Regime fechado.....	423
• Pontos relevantes para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção.....	423
A viabilidade da progressão <i>por salto</i> .....	424
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo .....	426
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado .....	427
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado .....	428
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado .....	429
9.4 Trabalho externo do condenado.....	430
10. Regime semiaberto.....	430
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo .....	431
10.2 Situação do índio.....	431
11. Regime aberto .....	431
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso .....	432
12. Direitos do preso.....	432
12.1 Direito à visita íntima .....	432
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	433
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso .....	433
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	434
13. Trabalho do preso .....	435
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório .....	435
13.2 Trabalho do preso e remição .....	436
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	436
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório .....	437
13.2.3 Remição pelo estudo .....	437

• Ponto relevante para debate:	
14. A remissão pelo estudo e o aproveitamento escolar .....	438
14. Superveniência de doença mental .....	438
15. Detração.....	439
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança .....	439
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração .....	440
15.3 Detração e pena de multa.....	440
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena.....	440
15.5 Detração e suspensão condicional da pena .....	441
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	441
Síntese .....	442

### Capítulo XXIII

#### PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos .....	443
2. Natureza jurídica .....	443
3. Espécies de penas restritivas de direitos.....	444
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos.....	445
• Ponto relevante para debate:	
A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados .....	446
5. Momentos para a conversão .....	449
6. Exigências para a conversão .....	449
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	450
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos.....	452
8.1 Prestação pecuniária.....	452
• Ponto relevante para debate:	
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas....	455
8.2 Perda de bens ou valores .....	455
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	456
8.4 Interdição temporária de direitos.....	457
8.5 Limitação de fim de semana.....	458
Síntese .....	459

### Capítulo XXIV

#### PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa .....	460
2. Critérios para a fixação da pena de multa .....	461
• Ponto relevante para debate:	
O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa.....	462

3. O valor do dia-multa em salário mínimo .....	463
4. Atualização monetária da multa .....	464
5. Pagamento da multa .....	465
6. Multa como dívida de valor .....	465
• Ponto relevante para debate:	
A competência judiciária para a execução da pena pecuniária .....	466
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição .....	466
Síntese .....	467

## Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito .....	468
• Ponto relevante para debate:	
As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário .....	468
2. Circunstâncias judiciais .....	469
3. Pena-base .....	469
3.1 Critérios para a fixação da pena-base .....	469
4. Elementos do art. 59 do Código Penal .....	476
4.1 Culpabilidade .....	476
• Ponto relevante para debate:	
Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor .....	477
4.2 Antecedentes .....	482
• Ponto relevante para debate:	
O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i> .....	482
4.3 Conduta social .....	483
4.4 Personalidade .....	484
4.5 Motivos do crime .....	485
4.6 Circunstâncias do crime .....	485
4.7 Consequências do crime .....	486
4.8 Comportamento da vítima .....	488
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena .....	490
6. Substituição da pena privativa de liberdade .....	491
7. Agravantes e atenuantes .....	491
7.1 Agravantes .....	491
7.1.1 Motivo fútil .....	492
7.1.2 Motivo torpe .....	493
7.1.3 Motivação torpe específica .....	494
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido .....	494



7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum .....	495
7.1.6 Relações familiares .....	495
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher ...	495
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever .....	496
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida .....	497
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade .....	499
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública .....	500
7.1.12 Embriaguez preordenada .....	500
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa...	500
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa .....	500
7.1.13.2 Coação ou indução ao crime .....	501
7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito .....	501
7.1.13.4 Criminoso mercenário .....	501
7.1.14 Reincidência .....	501
7.1.14.1 Conceito .....	501
• Ponto relevante para debate:	
A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mes- mo fato ( <i>ne bis in idem</i> ) .....	502
7.1.14.2 Espécies de reincidência .....	502
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	503
7.1.14.3 Efeitos da reincidência.....	504
7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior .....	505
7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios .....	505
7.1.14.6 Crime político.....	506
7.2 Atenuantes .....	507
7.2.1 Menoridade relativa .....	507
7.2.2 Senilidade .....	508
7.2.3 Desconhecimento da lei .....	509
7.2.4 Relevante valor social ou moral .....	510
7.2.5 Arrependimento.....	510
7.2.6 Coação resistível .....	511
7.2.7 Cumprimento de ordem superior .....	511
7.2.8 Violenta emoção .....	511
7.2.9 Confissão espontânea.....	512
7.2.10 Influência de multidão, em meio a tumulto.....	513
7.2.11 Atenuante inominada .....	514

7.3	Concurso de agravantes e atenuantes .....	514
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas .....	514
8.	Cálculo da pena .....	516
8.1	Sistemas para a fixação da pena .....	516
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras .....	518
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais .....	519
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição .....	519
8.5	Crítério para aplicação dos aumentos e das diminuições .....	520
	Síntese .....	521

## Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise .....	524
2.	Sistemas do concurso de crimes .....	524
2.1	Sistema da acumulação material .....	524
2.2	Sistema da exasperação da pena .....	525
2.3	Sistema da absorção .....	525
2.4	Sistema da acumulação jurídica .....	525
3.	Concurso material .....	526
3.1	Conceito .....	526
3.2	Crítérios para a aplicação da pena .....	526
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos .....	526
4.	Concurso formal .....	527
4.1	Conceito .....	527
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito .....	527
	• Ponto relevante para debate:	
	A amplitude conceitual da expressão <i>destígnios autônomos</i> .....	528
4.3	Concurso material favorável ou benéfico .....	529
4.4	Concorrência de concursos .....	530
5.	Crime continuado .....	530
5.1	Conceito .....	530
5.2	Natureza jurídica .....	531
5.3	Teorias do crime continuado .....	532
5.4	Crimes da mesma espécie .....	534
5.5	Condições de tempo .....	534
5.6	Condições de espaço .....	535
5.7	Formas de execução .....	535

5.8 Outras circunstâncias semelhantes .....	535
• Ponto relevante para debate:	
O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional .....	536
5.9 Critério de dosagem do aumento .....	537
5.10 Crime continuado e inimputabilidade .....	537
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos .....	537
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas .....	538
5.13 Espécies de crime continuado .....	538
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual .....	539
• Ponto relevante para debate:	
A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes .....	539
6. Concurso de infrações e execução da pena .....	539
Síntese .....	540

#### Capítulo XXVII

#### ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....	545
2. Modalidades de erro na execução .....	545
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i> .....	546
4. Conceito de resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i> ) .....	547
Síntese .....	548

#### Capítulo XXVIII

#### LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento .....	549
2. Unificação das penas em 30 anos .....	554
3. Modo de unificação .....	554
Síntese .....	555

#### Capítulo XXIX

#### SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos .....	556
2. Natureza jurídica .....	556
3. Requisitos para a sua concessão .....	557
4. Espécies de <i>sursis</i> .....	557

• Ponto relevante para debate:	
A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	558
5. Pontos controversos .....	559
5.1 <i>Sursis</i> e indulto .....	559
5.2 Existência de processos em andamento .....	559
5.3 Réu ausente .....	560
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil .....	560
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário .....	561
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	562
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo .....	563
6. Período de prova e escolha das condições .....	564
7. Causas de revogação .....	565
7.1 Revogação obrigatória .....	565
7.2 Revogação facultativa .....	566
8. Prorrogação do período de prova .....	566
9. Finalização do <i>sursis</i> .....	567
Síntese .....	568

### Capítulo XXX

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos .....	569
2. Natureza jurídica .....	570
3. Requisitos para a sua concessão .....	570
3.1 Objetivos .....	570
3.2 Subjetivos .....	571
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003 .....	573
4. Duração do livramento .....	574
5. Pontos polêmicos.....	574
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	574
5.2 Livramento condicional cautelar .....	574
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	575

6. Parecer do Conselho Penitenciário .....	575
7. Soma das penas para efeito de livramento .....	576
8. Condições do livramento condicional .....	576
8.1 Obrigatórias.....	576
8.2 Facultativas .....	576
9. Revogação do livramento .....	576
9.1 Causas obrigatórias .....	576
9.2 Causas facultativas .....	577
9.3 Prévia oportunidade de defesa .....	577
9.4 Livramento insubsistente .....	577
10. Efeitos da revogação .....	578
11. Extinção da pena e prorrogação automática.....	578
Síntese .....	579

### Capítulo XXXI

#### EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação .....	580
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória .....	581
3. Efeitos genéricos.....	581
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano .....	581
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita .....	582
4. Efeitos específicos.....	584
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	584
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela ...	585
4.3 Inabilitação para dirigir veículo .....	586
Síntese .....	587

### Capítulo XXXII

#### REABILITAÇÃO

1. Conceito .....	588
2. Competência para a concessão de reabilitação .....	590
3. Prazo e procedimento .....	590
4. Indeferimento da reabilitação e recursos .....	591
5. Reabilitação e reincidência .....	591
6. Reabilitação <i>em porções</i> .....	591
Síntese .....	592

### Capítulo XXXIII MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito .....	593
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança .....	593
3. Espécies de medidas de segurança .....	594
4. Extinção de punibilidade .....	594
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança .....	595
6. Sentença de absolvição imprópria .....	596
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial .....	596
8. Duração da medida de segurança .....	597
9. Culpabilidade e periculosidade .....	597
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução .....	598
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena .....	598
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena .....	599
12. Detração e medida de segurança .....	600
13. Exame de cessação da periculosidade .....	601
14. Condições para a desinternação ou liberação .....	601
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável .....	603
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum .....	603
Síntese .....	603

### Capítulo XXXIV AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal.....	604
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada .....	605
3. Critério de iniciativa da ação penal .....	605
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	606
5. Ação penal no crime complexo .....	607
Síntese .....	609

### Capítulo XXXV EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade .....	610
2. Causas gerais e específicas.....	611

3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade .....	612
4. Momentos de ocorrência .....	612
5. Morte do agente.....	613
• Ponto relevante para debate:	
As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	614
6. Anistia .....	615
7. Graça ou indulto individual .....	616
8. Indulto coletivo .....	617
9. <i>Abolitio criminis</i> .....	618
10. Decadência.....	618
11. Perempção .....	619
12. Renúncia e perdão .....	620
13. Retratação .....	621
14. Perdão judicial.....	622
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	622
15. Prescrição.....	624
15.1 Conceito e teorias justificadoras .....	624
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição.....	625
• Ponto relevante para debate:	
A prescrição da medida de segurança.....	626
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública .....	627
• Ponto relevante para debate:	
A influência da detração no cálculo prescricional.....	628
15.4 Modalidades de prescrição .....	628
• Ponto relevante para debate:	
A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado .....	629
15.5 Termos iniciais da prescrição .....	633
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	636
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP.....	637
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	638
• Ponto relevante para debate:	
A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado .....	641
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas .....	641

16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	642
17. Prescrição em leis especiais .....	644
18. Prescrição e perdão judicial.....	644
Síntese .....	645

## PARTE ESPECIAL

Introdução à Parte Especial.....	655
----------------------------------	-----

### Título I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

#### Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – <i>art. 121</i> .....	657
• Ponto relevante para debate:	
A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima .....	660
• Pontos relevantes para debate:	
A existência de homicídio simples hediondo .....	662
A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio .....	662
A existência de homicídio qualificado-privilegiado .....	663
A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo .....	664
A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio.....	664
O homicídio sem motivo .....	665
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – <i>art. 122</i> .....	666
• Pontos relevantes para debate:	
O auxílio por omissão .....	668
A solução da situação denominada pacto de morte.....	668
Infanticídio – <i>art. 123</i> .....	669
• Ponto relevante para debate:	
O concurso de pessoas no infanticídio .....	671
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – <i>art. 124</i> .....	671
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – <i>art. 125</i> .....	673
Aborto provocado por terceiro com consentimento – <i>art. 126</i> .....	674



Formas qualificadas de aborto – <i>art. 127</i> .....	676
Excludentes de ilicitude – <i>art. 128</i> .....	676
• Pontos relevantes para debate:	
A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida .....	678
A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia .....	679
A autorização do aborto eugênico .....	680

## Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – <i>art. 129</i> .....	682
• Ponto relevante para debate:	
A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal .....	692

## Capítulo III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – <i>art. 130</i> .....	694
Perigo de contágio de moléstia grave – <i>art. 131</i> .....	695
• Ponto relevante para debate:	
Transmissão do vírus da AIDS.....	697
Perigo para a vida ou saúde de outrem – <i>art. 132</i> .....	697
Abandono de incapaz – <i>art. 133</i> .....	699
Exposição ou abandono de recém-nascido – <i>art. 134</i> .....	700
Omissão de socorro – <i>art. 135</i> .....	702
• Ponto relevante para debate:	
As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio .....	704
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – <i>art. 135-A</i> .....	704
Maus-tratos – <i>art. 136</i> .....	706

## Capítulo IV DA RIXA

Rixa – <i>art. 137</i> .....	708
------------------------------	-----

## Capítulo V DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – <i>art. 138</i> .....	710
---------------------------------	-----

Difamação – <i>art. 139</i> .....	712
Injúria – <i>art. 140</i> .....	714
Disposições comuns – <i>arts. 141 a 145</i> .....	717

Capítulo VI  
DOS CRIMES CONTRA A  
LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I  
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Constrangimento ilegal – <i>art. 146</i> .....	723
Ameaça – <i>art. 147</i> .....	725
Sequestro e cárcere privado – <i>art. 148</i> .....	727
Redução a condição análoga à de escravo – <i>art. 149</i> .....	729

Seção II  
DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE  
DO DOMICÍLIO

Violação de domicílio – <i>art. 150</i> .....	731
---	-----

Seção III  
DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE  
DE CORRESPONDÊNCIA

Violação de correspondência – <i>art. 151</i> .....	734
• Ponto relevante para debate:	
A violação da correspondência dos cônjuges .....	736
Violação de correspondência comercial – <i>art. 152</i> .....	737

Seção IV  
DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE  
DOS SEGREDOS

Divulgação de segredo – <i>art. 153</i> .....	739
Violação do segredo profissional – <i>art. 154</i> .....	740
Violação de dispositivo informático – <i>art. 154-A</i> .....	741

Título II  
DOS CRIMES CONTRA O  
PATRIMÔNIO

Capítulo I  
DO FURTO

Furto – <i>art. 155</i> .....	744
-------------------------------	-----

• Pontos relevantes para debate:	
A questão da casa habitada no furto noturno.....	752
O furto de coisas de estimação.....	753
O furto de cadáver.....	753
O furto de coisas de ínfimo valor.....	753
O furto de uso como crime.....	754
A trombada como furto ou roubo.....	754
A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	754
Furto de coisa comum – <i>art. 156</i> .....	755

## Capítulo II DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – <i>art. 157</i> .....	757
• Pontos relevantes para debate:	
O roubo de uso.....	763
A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	763
A existência da tentativa no roubo impróprio.....	764
O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	764
Extorsão – <i>art. 158</i> .....	766
• Ponto relevante para debate:	
A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago.....	771
Extorsão mediante sequestro – <i>art. 159</i> .....	772
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	775
Extorsão indireta – <i>art. 160</i> .....	776

## Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – <i>art. 161, caput</i> .....	778
Usurpação de águas – <i>art. 161, § 1.º, I</i> .....	779
Esbulho possessório – <i>art. 161, § 1.º, II</i> .....	780
Supressão ou alteração de marca em animais – <i>art. 162</i> .....	782

## Capítulo IV DO DANO

Dano – <i>art. 163</i> .....	784
------------------------------	-----

Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – <i>art. 164</i> .....	785
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – <i>art. 165</i> .....	786
Alteração de local especialmente protegido – <i>art. 166</i> .....	788
Ação penal – <i>art. 167</i> .....	789

Capítulo V  
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – <i>art. 168</i> .....	790
Apropriação indébita previdenciária – <i>art. 168-A</i> .....	791
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – <i>art. 169</i> .....	793
Causa de diminuição de pena – <i>art. 170</i> .....	795

Capítulo VI  
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – <i>art. 171</i> .....	796
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.) .....	798
O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral .....	798
O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade .....	798
O estelionato como delito permanente .....	799
A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal .....	799
A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia .....	799
O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo ou serviço de prostituição .....	799
O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime .....	800
Duplicata simulada – <i>art. 172</i> .....	800
Abuso de incapazes – <i>art. 173</i> .....	802
Induzimento à especulação – <i>art. 174</i> .....	803
Fraude no comércio – <i>art. 175</i> .....	804
Outras fraudes – <i>art. 176</i> .....	805

- Ponto relevante para debate:

A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176.....	807
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – <i>art. 177</i>	808
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – <i>art. 178</i> .....	810
Fraude à execução – <i>art. 179</i> .....	812

### Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Recepção – <i>art. 180</i> .....	814
----------------------------------	-----

### Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 181 a 183</i> .....	818
---	-----

- Pontos relevantes para debate:

O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição .....	820
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável .....	821

### Título III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

#### Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – <i>art. 184</i> .....	822
<i>Art. 185</i> (Revogado pela Lei 10.695/2003).....	825
Ação penal – <i>art. 186</i> .....	825

#### Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

<i>Arts. 187 a 191</i> (Revogados pela Lei 9.279/96) .....	826
--	-----

#### Capítulo III DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

<i>Arts. 192 a 195</i> (Revogados pela Lei 9.279/96) .....	827
--	-----

Capítulo IV  
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Art. 196 (Revogado pela Lei 9.279/96).....	827
--	-----

Título IV  
DOS CRIMES CONTRA A  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – <i>art. 197</i> .....	828
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – <i>art. 198</i> ..	830
Atentado contra a liberdade de associação – <i>art. 199</i> .....	831
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – <i>art. 200</i> ..	832
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – <i>art. 201</i> .....	833
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – <i>art. 202</i> ..	834
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – <i>art. 203</i> .....	835
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – <i>art. 204</i> .....	837
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – <i>art. 205</i> .....	838
Aliciamento para o fim de emigração – <i>art. 206</i> .....	839
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – <i>art. 207</i> ..	840

Título V  
DOS CRIMES CONTRA O  
SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O  
RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I  
DOS CRIMES CONTRA O  
SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – <i>art. 208</i> .....	842
--	-----

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA O  
RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – <i>art. 209</i> .....	844
---	-----

Violação de sepultura – <i>art. 210</i> .....	845
Destrução, subtração ou ocultação de cadáver – <i>art. 211</i> .....	846
Vilipêndio a cadáver – <i>art. 212</i> .....	848

Título VI  
DOS CRIMES CONTRA A  
DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I  
DOS CRIMES CONTRA A  
LIBERDADE SEXUAL

Estupro – <i>art. 213</i> .....	849
---------------------------------	-----

• Pontos relevantes para debate:

A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa ...	852
A análise do grau de resistência da vítima.....	853
O estupro como crime único de condutas alternativas .....	853
A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único.....	857
A aplicação retroativa da nova figura do estupro .....	857
A necessidade de criação de um tipo penal intermediário .....	858

<i>Art. 214</i> (Revogado pela Lei 12.015/2009).....	860
--	-----

Violação sexual mediante fraude – <i>art. 215</i> .....	860
---	-----

<i>Art. 216</i> (Revogado pela Lei 12.015/2009).....	862
--	-----

Assédio sexual – <i>art. 216-A</i> .....	862
--	-----

• Pontos relevantes para debate:

A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a) .....	865
A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel .....	865
A paixão do agente pela vítima.....	865

Capítulo II  
DOS CRIMES SEXUAIS  
CONTRA VULNERÁVEL

<i>Art. 217</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005).....	867
--	-----

Estupro de vulnerável – <i>art. 217-A</i> .....	867
---	-----

• Ponto relevante para debate:

Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	870
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor) – <i>art. 218</i> .....	872

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – <i>art. 218-A</i> .....	873
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável – <i>art. 218-B</i> .....	875

### Capítulo III DO RAPTO

<i>Arts. 219 a 222</i> (Revogados pela Lei 11.106/2005) .....	879
---	-----

### Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS

<i>Arts. 223 e 224</i> (Revogados pela Lei 12.015/2009) .....	880
Ação penal – <i>art. 225</i> .....	880
• Ponto relevante para debate:	
Espécie de ação quando houver resultado lesão grave ou morte .....	882
Aumento de pena – <i>art. 226</i> .....	883

### Capítulo V DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – <i>art. 227</i> .....	884
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – <i>art. 228</i> .....	886
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – <i>art. 229</i> .....	889
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade .....	892
A inviabilidade da prisão em flagrante .....	892
Rufianismo – <i>art. 230</i> .....	894
• Ponto relevante para debate:	
A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo .....	896
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – <i>art. 231</i> .....	896
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – <i>art. 231-A</i> .....	898

### Capítulo VI DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – <i>art. 233</i> .....	901
• Ponto relevante para debate:	
A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica	902



Escrito ou objeto obsceno – art. 234.....	903
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal.....	904

Capítulo VII  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – art. 234-A .....	906
• Ponto relevante para debate:	
Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento .....	906
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – art. 234-B.....	907
Art. 234-C (Vetado) .....	907

Título VII  
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I  
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – art. 235.....	908
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – art. 236 .....	910
Conhecimento prévio de impedimento – art. 237 .....	911
Simulação de autoridade para celebração de casamento – art. 238.....	912
Simulação de casamento – art. 239 .....	913
Art. 240 (Revogado pela Lei 11.106/2005).....	914

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO  
DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – art. 241.....	915
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – art. 242 .....	916
Sonegação de estado de filiação – art. 243 .....	918

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – art. 244.....	919
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – art. 245 .....	920
Abandono intelectual – art. 246.....	922
Abandono moral – art. 247 .....	923

Capítulo IV  
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER,  
TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – <i>art. 248</i> .....	925
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de ser efetivada a fuga .....	926
Subtração de incapazes – <i>art. 249</i> .....	927

Título VIII  
DOS CRIMES CONTRA A  
INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I  
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – <i>art. 250</i> .....	929
Explosão – <i>art. 251</i> .....	932
Uso de gás tóxico ou asfixiante – <i>art. 252</i> .....	933
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – <i>art. 253</i> .....	935
Inundação – <i>art. 254</i> .....	936
Perigo de inundação – <i>art. 255</i> .....	937
Desabamento ou desmoronamento – <i>art. 256</i> .....	938
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – <i>art. 257</i> .....	940
Formas qualificadas de crime de perigo comum – <i>art. 258</i> .....	941
Difusão de doença ou praga – <i>art. 259</i> .....	941

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA  
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE  
E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – <i>art. 260</i> .....	943
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – <i>art. 261</i> ....	945
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – <i>art. 262</i> .....	946
Forma qualificada – <i>art. 263</i> .....	948
Arremesso de projétil – <i>art. 264</i> .....	948
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – <i>art. 265</i> .....	949
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico – <i>art. 266</i> .....	951

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A  
SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – <i>art. 267</i> .....	953
Infração de medida sanitária preventiva – <i>art. 268</i> .....	954
Omissão de notificação de doença – <i>art. 269</i> .....	955
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – <i>art. 270</i>	956
Corrupção ou poluição de água potável – <i>art. 271</i> .....	958
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – <i>art. 272</i> .....	959
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – <i>art. 273</i> .....	961
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal .....	963
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – <i>art. 274</i> .....	964
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – <i>art. 275</i> .....	965
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – <i>art. 276</i> .....	967
Substância destinada à falsificação – <i>art. 277</i> .....	968
Outras substâncias nocivas à saúde pública – <i>art. 278</i> .....	969
<i>Art. 279</i> (Revogado pela Lei 8.137/90) .....	970
Medicamento em desacordo com receita médica – <i>art. 280</i> .....	970
<i>Art. 281</i> (Revogado pela Lei 6.368/76 – atual Lei 11.343/2006) .....	971
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – <i>art. 282</i> .....	972
Charlatanismo – <i>art. 283</i> .....	973
Curandeirismo – <i>art. 284</i> .....	974
Forma qualificada – <i>art. 285</i> .....	976

Título IX  
DOS CRIMES CONTRA A  
PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – <i>art. 286</i> .....	977
Apologia de crime ou criminoso – <i>art. 287</i> .....	978
• Ponto relevante para debate:	
Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações .....	979
Quadrilha ou bando – <i>art. 288</i> .....	980
• Pontos relevantes para debate:	
A tipificação do delito de quadrilha ou bando na hipótese de crime continuado	983

A possibilidade de concurso de pessoas.....	983
O concurso do crime de quadrilha com outro delito qualificado pela mesma circunstância.....	983
Constituição de milícia privada – <i>art. 288-A</i> .....	984

Título X  
DOS CRIMES CONTRA A  
FÉ PÚBLICA

Capítulo I  
DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – <i>art. 289</i> .....	986
Crimes assimilados ao de moeda falsa – <i>art. 290</i> .....	988
Petrechos para falsificação de moeda – <i>art. 291</i> .....	990
Emissão de título ao portador sem permissão legal – <i>art. 292</i> .....	992

Capítulo II  
DA FALSIDADE DE TÍTULOS  
E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – <i>art. 293</i> .....	994
Petrechos de falsificação – <i>art. 294</i> .....	997
Causa de aumento de pena – <i>art. 295</i> .....	998

Capítulo III  
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – <i>art. 296</i> .....	999
Falsificação de documento público – <i>art. 297</i> .....	1001
Falsificação de documento particular – <i>art. 298</i> .....	1005
Falsidade ideológica – <i>art. 299</i> .....	1007
• Pontos relevantes para debate:	
As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	1010
A possibilidade de haver falsificação em folha de papel em branco.....	1010
Falso reconhecimento de firma ou letra – <i>art. 300</i> .....	1011
Certidão ou atestado ideologicamente falso – <i>art. 301</i> .....	1012
• Ponto relevante para debate:	
A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	1015

Falsidade de atestado médico – <i>art. 302</i> .....	1015
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – <i>art. 303</i> .....	1016
Uso de documento falso – <i>art. 304</i> .....	1018
• Pontos relevantes para debate:	
A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento.....	1020
O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento.....	1020
Supressão de documento – <i>art. 305</i> .....	1021

#### Capítulo IV DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – <i>art. 306</i> .....	1023
Falsa identidade – <i>art. 307</i> .....	1025
• Ponto relevante para debate:	
O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva .....	1027
Falsa identidade – <i>art. 308</i> .....	1027
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 309</i> .....	1029
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 310</i> .....	1031
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – <i>art. 311</i> .....	1032

#### Capítulo V DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – <i>art. 311-A</i> .....	1034
• Ponto relevante para debate:	
Cola eletrônica e tipificação penal.....	1036

#### Título XI DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

##### Capítulo I DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – <i>art. 312</i> .....	1037
• Ponto relevante para debate:	
O peculato de uso e o crime previsto no <i>art. 312</i> .....	1040

Peculato mediante erro de outrem – <i>art. 313</i> .....	1041
Inserção de dados falsos em sistema de informações – <i>art. 313-A</i> .....	1043
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – <i>art. 313-B</i> ...	1045
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 314</i> .....	1046
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – <i>art. 315</i> .....	1048
Concussão – <i>art. 316</i> .....	1049
• Ponto relevante para debate:	
O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão .....	1051
Corrupção passiva – <i>art. 317</i> .....	1051
Facilitação de contrabando ou descaminho – <i>art. 318</i> .....	1054
Prevaricação – <i>art. 319</i> .....	1055
Prevaricação – <i>art. 319-A</i> .....	1057
Condescendência criminosa – <i>art. 320</i> .....	1059
Advocacia administrativa – <i>art. 321</i> .....	1061
Violência arbitrária – <i>art. 322</i> .....	1062
Abandono de função – <i>art. 323</i> .....	1063
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – <i>art. 324</i> .....	1065
Violação de sigilo funcional – <i>art. 325</i> .....	1067
<i>Art. 326</i> (Revogado tacitamente pelo art. 94 da Lei 8.666/93) .....	1069
Funcionário público – <i>art. 327</i> .....	1069
• Pontos relevantes para debate:	
O conceito de entidade paraestatal .....	1070
A possibilidade do conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime .....	1071

## Capítulo II

### DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – <i>art. 328</i> .....	1072
Resistência – <i>art. 329</i> .....	1073
• Ponto relevante para debate:	
O concurso entre os crimes de resistência e roubo .....	1075
Desobediência – <i>art. 330</i> .....	1076

• Ponto relevante para debate:	
O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário .....	1079
Desacato – <i>art. 331</i> .....	1080
Tráfico de influência – <i>art. 332</i> .....	1082
Corrupção ativa – <i>art. 333</i> .....	1084
Contrabando ou descaminho – <i>art. 334</i> .....	1085
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – <i>art. 335</i> .....	1088
Inutilização de edital ou de sinal – <i>art. 336</i> .....	1089
Subtração ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 337</i> .....	1090
Sonegação de contribuição previdenciária – <i>art. 337-A</i> .....	1091

Capítulo II-A  
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR  
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – <i>art. 337-B</i> .....	1094
Tráfico de influência em transação comercial internacional – <i>art. 337-C</i> .....	1095
Funcionário público estrangeiro – <i>art. 337-D</i> .....	1097

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A  
ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – <i>art. 338</i> .....	1099
Denúnciação caluniosa – <i>art. 339</i> .....	1100

• Ponto relevante para debate:	
A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa	1103
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – <i>art. 340</i> .....	1103
Autoacusação falsa – <i>art. 341</i> .....	1105
• Ponto relevante para debate:	
A questão do réu ter o amplo direito de mentir para se defender .....	1106
Falso testemunho ou falsa perícia – <i>art. 342</i> .....	1107

• Pontos relevantes para debate:	
A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1109
O concurso de pessoas no crime de falso .....	1111
Suborno – <i>art. 343</i> .....	1112
Coação no curso do processo – <i>art. 344</i> .....	1114
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 345</i> .....	1115
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 346</i> .....	1117
Fraude processual – <i>art. 347</i> .....	1118
Favorecimento pessoal – <i>art. 348</i> .....	1119
Favorecimento real – <i>art. 349</i> .....	1121
Favorecimento real – <i>art. 349-A</i> .....	1122
Exercício arbitrário ou abuso de poder – <i>art. 350</i> .....	1124
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – <i>art. 351</i> .....	1125
Evasão mediante violência contra pessoa – <i>art. 352</i> .....	1127
Arrebatamento de preso – <i>art. 353</i> .....	1128
Motim de presos – <i>art. 354</i> .....	1129
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – <i>art. 355</i> .....	1130
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – <i>art. 356</i> .....	1131
Exploração de prestígio – <i>art. 357</i> .....	1133
Violência ou fraude em arrematação judicial – <i>art. 358</i> .....	1134
Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – <i>art. 359</i> .....	1136

Capítulo IV  
DOS CRIMES CONTRA AS  
FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – <i>art. 359-A</i> .....	1138
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – <i>art. 359-B</i> .....	1140
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-C</i> .....	1141
Ordenação de despesa não autorizada – <i>art. 359-D</i> .....	1143



Prestação de garantia graciosa – <i>art. 359-E</i> .....	1145
Não cancelamento de restos a pagar – <i>art. 359-F</i> .....	1146
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-G</i> .....	1147
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – <i>art. 359-H</i> .....	1149
BIBLIOGRAFIA .....	1153
OBRAS DO AUTOR .....	1181